

WORLD COMPETITIVENESS YEARBOOK 2012: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DO BRASIL E DO MUNDO

Carlos Arruda, Fabiana Madsen, Marina Araújo, Daniel Berger

INTRODUÇÃO

Os resultados do World Competitiveness Yearbook 2012 mostram que, pelo segundo ano consecutivo, o Brasil perde posições no índice de competitividade internacional. O relatório, que pesquisa 59 economias, é elaborado pelo International Institute for Management Development (IMD), escola de negócios suíça que desde 1989 divulga os dados anuais da análise competitiva internacional. O IMD conta com várias instituições parceiras ao redor do mundo para a realização de sua pesquisa. No caso brasileiro, a Fundação Dom Cabral (FDC) é a responsável pela coleta dos dados.

O índice é dinâmico e está em constante aprimoramento com o intuito de facilitar os tomadores de decisão a agir de forma coerente com as necessidades de seu país ou região. Na esfera empresarial, o relatório pode ser utilizado como base para determinar e avaliar os principais planos de investimentos, com visão de novos locais e novas oportunidades. Para os governos, é possível identificar e avaliar se as políticas adotadas estão de acordo com o bem-estar da nação, além de permitir o aprendizado com o sucesso de outros países. Ainda há o meio acadêmico, que tem a possibilidade de utilizar a infinidade de dados do WCY para estudar e compreender melhor o comportamento das nações que competem no mercado internacional.

O conceito de competitividade em si é muito amplo e possui várias vertentes. Para a análise em questão, o IMD entende a competitividade internacional como um campo da teoria econômica que analisa a habilidade de uma nação de criar e manter um ambiente que sustenta valor para suas empresas e prosperidade para a sociedade.

A metodologia aplicada para a mensuração dos resultados utiliza dois grupos de indicadores, que são divididos em quatro pilares competitivos: Performance Econômica, Eficiência do Governo, Eficiência dos Negócios e Infraestrutura. Os indicadores econômicos (os chamados dados *hard*) dizem respeito ao ano anterior ao lançamento do relatório, neste caso ao ano de 2011¹. Já os indicadores provenientes da pesquisa de opinião de executivos aplicada nos países (chamados dados *soft*) permitem identificar como a competitividade é percebida pelos empresários e se aproximam também da realidade do ano em que a pesquisa é lançada, neste caso o ano de 2012.

Segundo o professor Stéphane Garelli, diretor do World Competitiveness Center, o relatório de 2012 foi influenciado pela recessão, que tornou a economia mundial mais fragmentada e diversa e obrigou os países a se dividirem entre aqueles que estão buscando disciplina fiscal e aqueles que estão buscando crescimento. Especificamente sobre o Brasil, este se encontra na 46ª colocação, duas abaixo da ocupada em 2011. Nos últimos dois anos, o país acumulou uma queda de oito posições competitivas.

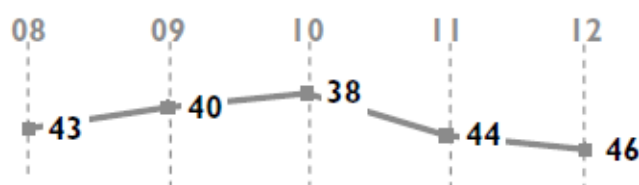


FIGURA 1: WCY Comportamento geral da economia brasileira 2008-2012

Fonte: IMD, 2012.

¹Conforme a disponibilidade dos dados nas bases oficiais pesquisadas.

Dentre os grandes desafios apresentados para a economia brasileira no ano de 2012 estão:

- a promoção do crescimento, via redução de impostos e do *spread* bancário, dos investimentos em infraestrutura e da formalização de acordos comerciais com a China;
- a aceleração dos investimentos para a Copa do Mundo de 2012 e Jogos Olímpicos de 2016;
- a elevação da produtividade e dos investimentos em P&D, principalmente do setor industrial;
- a promoção de reformas estruturais e institucionais;
- a definição da educação e do desenvolvimento do capital humano como prioridade nacional.

COMPORTAMENTO GERAL DA ECONOMIA MUNDIAL:

TOP 10 E PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES

Conforme observa o professor Garelli, o modelo de sucesso dos países que ganharam posições no ranking - a exemplo de economias europeias como Suíça, Noruega e Alemanha - está baseado no crescimento do comércio internacional, na participação de pequenas e médias empresas, na sustentação da indústria e na disciplina fiscal. Por outro lado, o comportamento contrário - perda de participação no comércio internacional, redução da presença da indústria na economia e descontrole fiscal - foi motivo por perdas significativas de competitividade, como no caso da Grécia, Romênia e Espanha.

TABELA 1

Dez economias mais competitivas – World Competitiveness Yearbook 2012

Score	País	Posição em 2012	Posição em 2011
100.000	Hong Kong	1	1
97.755	Estados Unidos	2	1
96.679	Suíça	3	5
95.923	Cingapura	4	3
91.393	Suécia	5	4

90.289	Canadá	6	7
89.959	Taiwan	7	6
89.673	Noruega	8	13
89.257	Alemanha	9	10
88.475	Qatar	10	8

Fonte: IMD, 2012/Elaborado pelos autores.

Pelo segundo ano consecutivo, **Hong Kong** aparece como a economia mais competitiva do mundo. Dentre os pilares avaliados, a região econômica especial chinesa mantém a liderança em Eficiência do Governo e Eficiência dos Negócios e continua na quarta colocação em Performance Econômica. De acordo com John C. Tsang, secretário de finanças de Hong Kong, os fatores-chave para o sucesso da região são a existência de um ambiente amigável aos negócios, de uma sólida política fiscal, de uma estrutura institucional madura e de um mercado financeiro em bom funcionamento. Além destes, também recebem destaque elementos como a abertura comercial, a formação do estado de direito e a atrativa imagem de uma cidade global¹.

Em relação aos **Estados Unidos**, o relatório deste ano minimiza a queda de uma posição na competitividade da nação. O professor Garelli afirma que, apesar de todos os contratemplos sofridos pela economia norte-americana, ela ainda se mantém no centro da competitividade mundial, em função de seu poder econômico único, do dinamismo de suas empresas e de sua capacidade de inovação. Destaca também que o mundo está cada vez mais dependente dos Estados Unidos para sair da recessão em que se encontra, devido ao relacionamento singular desse país com todas as demais economias. Além disso, a Europa é apontada como um substituto pouco provável, visto que vem sofrendo com medidas de austeridade e fragmentação política, e um Bloco Sul-Sul de mercados emergentes ainda é considerado um trabalho em processo.

Pela primeira vez, a **Suíça** aparece entre as três economias mais competitivas do ranking. O comportamento do país reflete um ambiente favorável, seja em termos de números ou em percepções otimistas de seus empresários. Em termos gerais, a nação ganhou posições competitivas nos pilares de Performance Econômica (7ª colocação, ganho de oito posições) e Eficiência dos Negócios (7ª colocação, ganho de 4 posições). Apesar da crise enfrentada pela zona do euro, a Suíça se destaca pela estabilidade política e controle das finanças públicas, além da manutenção de baixos níveis de desemprego (3,7% da força de trabalho, 9ª colocação). Interessante notar que o país já busca

se preparar para algumas mudanças sinalizadas no cenário mundial: o desenvolvimento sustentável hoje é prioridade nas empresas, e as tecnologias renováveis estão rapidamente sendo transformadas em vantagens competitivas² (IMD, 2012).

BOX 1 – Pilares Competitivos e respectivos subfatores – World Competitiveness Yearbook

Performance Econômica	Eficiência do Governo	Eficiência dos Negócios	Infraestrutura
<ul style="list-style-type: none"> • Economia Doméstica • Comércio Internacional • Investimentos Internacionais • Emprego • Preços 	<ul style="list-style-type: none"> • Finanças Públicas • Política Fiscal • Estrutura Institucional • Legislação para os Negócios • Estrutura Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtividade e Eficiência • Mercado de Trabalho • Finanças • Práticas Gerenciais • Atitudes e Valores 	<ul style="list-style-type: none"> • Básica • Tecnológica • Científica • Saúde e Meio Ambiente • Educação

Fonte: IMD, 2012/Elaborado pelos autores.

Conforme apontado pelo relatório de 2012, dentre os fatores determinantes para a queda de uma posição de **Cingapura** está o desempenho mais fraco do pilar Performance Econômica, em especial indicadores relacionados às pressões inflacionárias e ao crescimento real da economia. Outro fator que pode travar a nação nos próximos anos é a elevação dos custos de produção, que até então não se mostrava um grande problema. Leong Wai, economista do banco de investimento Barclays Capital, afirma que as políticas governamentais devem se voltar para ajustes estruturais que permitam ao país alcançar um novo nível competitivo³.

Em função de quedas em todos os pilares competitivos analisados, a **Suécia** não conseguiu manter seu posicionamento competitivo, caindo para a quarta colocação no ranking geral. Em especial, observa-se o comportamento adverso dos indicadores de inflação (aumentou de 1,2% em 2010 para 3,0% em 2011) e de custo de vida (elevação do índice de 85.60 em 2010 para 96.90 em 2011), pertencentes ao subfator Preços e que impulsionaram a queda de seis posições na Performance Econômica. Apesar do contratempo macroeconômico, o país mantém-se como o mais competitivo da União Europeia e é referência em questões como produtividade de suas empresas, saúde, educação e infraestrutura (básica, científica e tecnológica).

Apesar de ter conquistado uma posição no ranking geral, o **Canadá** manteve seu posicionamento competitivo nos pilares de Performance Econômica (12º) e Eficiência do Governo (9º), e perdeu uma posição tanto em

Eficiência dos Negócios (9º) como em Infraestrutura (6º). De acordo com os executivos que responderam à pesquisa de opinião do relatório, a estabilidade política, a presença de uma infraestrutura confiável e altos níveis educacionais (estes associados a uma força de trabalho qualificada) são os principais fatores de atração da economia canadense.

Outro país que perdeu uma posição no ranking geral devido ao comportamento do pilar Performance Econômica foi a ilha de **Taiwan**. A economia doméstica, o comércio e investimento internacionais e o emprego são os subfatores cujo desempenho comparativamente mais fraco puxaram a queda do país. Considerando outros países asiáticos, por exemplo, o indicador de investimentos internacionais no mercado de capitais em Taiwan totalizou US\$63,4 bilhões em 2011 (45ª posição), enquanto o mesmo indicador na China atingiu a grandeza de US\$578,8 bilhões (9ª posição) e na Coreia do Sul foi de US\$127 bilhões (31ª posição)⁴. Por outro lado, um representante do governo afirmou que o desempenho positivo dos indicadores de Eficiência do Governo e de Infraestrutura é reflexo da confiança na atual administração do país e em seus esforços para melhorar o ambiente empresarial local⁵.

A **Noruega** retornou ao grupo das economias mais competitivas no relatório de 2012. Devido ao seu comportamento na série histórica, o país aparenta ter recuperado o crescimento competitivo que o acompanhava desde 2008. E essa recuperação não ocorreu somente no posicionamento geral, mas também nos pilares Performance Econômica (16ª colocação, ganho de dez posições), Eficiência do Governo (6ª colocação, ganho de cinco posições) e Eficiência dos Negócios (8ª colocação, ganho de quatro posições). Apenas o pilar Infraestrutura perdeu uma posição (9ª colocação). De acordo com a Confederation of Norwegian Enterprise, dentre os desafios para a nação em 2012 estão a realização de investimentos em rodovias, ferrovias e demais infraestruturas capazes de promover o crescimento econômico, assim como a adoção de políticas para incrementar a qualidade da educação.

Apoiada na disciplina fiscal e nas manufaturas voltadas para a exportação, a **Alemanha** ganhou mais uma posição, e no relatório de 2012 chega à 9ª colocação. Outros indicadores que contribuíram para a competitividade do país são a elevada qualificação de seus trabalhadores, infraestrutura favorável ao crescimento econômico, estabilidade política e independência do poder judiciário. Entretanto, o complicado sistema fiscal do país foi apontado como o principal empecilho a maiores ganhos para a economia alemã⁶.

A última economia no grupo das dez mais competitivas do ranking em 2012 é o **Qatar**, que no relatório deste ano perdeu duas posições em relação a 2011. O destaque positivo da nação diz respeito ao pilar Performance Econômica, em que ocupa a 2ª colocação. Não obstante, cerca de 68% dos empresários do país que respondeu à pesquisa de opinião acredita que o dinamismo da economia é um dos seus principais fatores de atração. Mas ainda é preciso desenvolver as questões relacionadas à infraestrutura, principalmente científica e tecnológica, cujos indicadores colocam o país nas últimas posições.

TABELA 2

Maiores ganhos e perdas no índice de competitividade do World Competitiveness Yearbook 2012

Ranking / País	Escore em 2012	Escore em 2011	∇ ▲
16 Emirados Árabes	82,486	73,188	9,299
3 Suíça	96,679	92,588	4,091
8 Noruega	89,673	86,313	3,36
36 Lituânia	63,422	60,211	3,211
11 Holanda	87,158	85,707	1,451
9 Alemanha	89,257	87,824	1,433
39 Espanha	61,118	66,675	-5,557
30 Tailândia	69,001	74,886	-5,885
15 Austrália	83,185	89,259	-6,074
55 Argentina	48,197	54,671	-6,474
35 Índia	63,596	70,649	-7,053
52 Colômbia	51,893	59,774	-7,88
53 Romênia	48,929	57,497	-8,568
58 Grécia	43,054	51,882	-8,828

Fonte: IMD, 2012/Elaborado pelos autores.

O país que apresentou o maior ganho competitivo no ano de 2012, em termos de escores absolutos, foram os **Emirados Árabes Unidos**. O resultado foi muito bem recebido pelas autoridades locais, conforme afirmou a Ministra de Estado e Presidente do Conselho de Competitividade dos Emirados: “Estamos satisfeitos com os resultados deste ano, sendo o World Competitiveness Yearbook um dos mais abrangentes relatórios anuais sobre a competitividade dos países desenvolvidos”. Em seu segundo ano participando do relatório, a nação, que hoje ocupa a 16ª colocação no ranking geral, apresentou ganhos significativos nos pilares Performance Econômica

(subiu da 21ª para a 11ª colocação) e Eficiência dos Negócios (subiu da 46ª para a 19ª colocação), em especial no fator produtividade (saiu da 56ª para a 15ª colocação). A contínua modernização da legislação voltada para o ambiente de negócios também contribuiu para o salto competitivo dos Emirados.

A estratégia do governo voltada para a competitividade passa pelos contínuos investimentos em infraestrutura, educação, indústrias do conhecimento e reformas no ambiente empresarial. Nesse sentido, o secretário geral do Conselho de Competitividade dos Emirados destaca que o desempenho do país tem origem na implementação de políticas de sucesso condizentes com os negócios ali existentes. Permitiu-se assim a criação e o desenvolvimento de um ambiente empresarial diverso, estável e competitivo por todo o país⁷.

Devido à crise financeira que enfrenta, o comportamento da **Grécia** não fugiu ao esperado. O país perdeu o maior valor em escores absolutos e hoje está na penúltima posição competitiva do ranking geral. Considerando o acumulado dos dois últimos anos, observa-se que a nação caiu doze posições (em 2010 ela estava em 46º lugar). O péssimo desempenho econômico grego é acompanhado de perto pela falta de eficiência das atividades empresariais e de governo. Enquanto a média mundial dos indicadores de percepção² que avaliam a eficiência do estado (tais como estrutura legal e regulatória, adaptabilidade das políticas de governo, decisões governamentais e transparência) fica entre 4,5 e 5, os valores gregos ficam entre 0,9 e 2,2, colocando o país no final da listagem dessas variáveis. Avaliação negativa semelhante aparece no indicador que avalia a capacidade de adaptação da nação frente às mudanças no mercado mundial, bem como o peso que a imagem do país tem no estímulo ao desenvolvimento dos negócios.

A Federação das Indústrias do Norte da Grécia mostra que o desafio primordial a ser enfrentado em 2012 é o estabelecimento de reformas institucionais para reduzir o tamanho do setor público e facilitar o equilíbrio fiscal. Além disso, sugere-se também a racionalização do sistema tributário e a eliminação da corrupção como medidas para reestabelecer a confiança no sistema político. Em se tratando de competitividade por si, parece que os demais países europeus que passam por grandes problemas econômicos com a crise financeira não estão na mesma situação que a Grécia. Irlanda, Portugal e Espanha ocupam a 20ª, 41ª e 35ª colocações respectivamente (note-se que, em relação aos resultados do ano anterior, Irlanda ganhou quatro posições, Portugal caiu apenas uma posição e Espanha manteve-se na mesma colocação).

²A escala varia de 1 a 10.

COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO RELATÓRIO DE 2012:

ANÁLISE POR PILARES COMPETITIVOS

O índice geral mostra que o Brasil está menos competitivo no cenário internacional. O país caiu duas posições e ocupa agora a 46ª colocação dentre as 59 economias pesquisadas. Desde o ano de 2010 – quando ocupava a 38ª colocação – o Brasil acumula quedas. A observação de cada um dos pilares competitivos mostra que em 2012 a Performance Econômica caiu dezessete posições (47ª colocação), a Eficiência do Governo manteve-se na 55ª colocação, a Eficiência dos Negócios subiu da 29ª para a 27ª colocação e a Infraestrutura também ganhou posições, saindo da 51ª para a 45ª colocação.

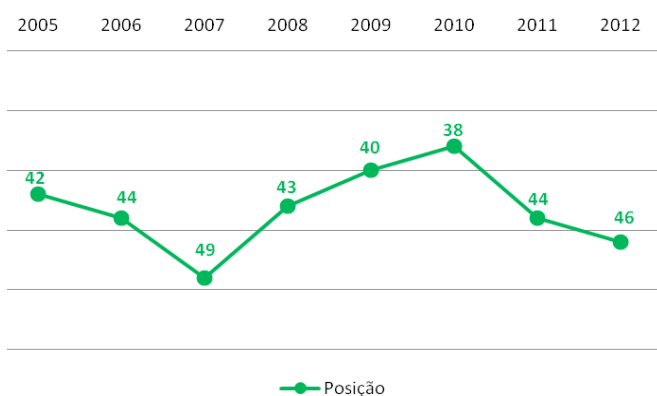


GRÁFICO 1: Posição do Brasil no ranking geral do WCY 2005-2012
Fonte: IMD/Elaborado pelos autores.

Em geral, não foi observado nenhum fator novo relevante que tenha provocado a queda de posições do Brasil. Observa-se que o comportamento desse ano é consequência do resultado de 2011, quando o país apresentou grandes perdas em sua produtividade (atualmente o país está na 52ª colocação nesse indicador)³. A seguir apresentamos a análise de cada um dos pilares competitivos do Brasil.

PERFORMANCE ECONÔMICA

O pilar Performance Econômica refere-se à avaliação macroeconômica da economia doméstica. Ele reúne 78 indicadores, que são divididos em quatro subfatores, a saber: Economia Doméstica, Comércio Internacional, Investimentos Internacionais, Emprego e Preços. Em 2012, destacam-se o comportamento negativo do Brasil nos subfatores Economia Doméstica (queda de quinze posições), Investimento Internacional (queda de onze posições) e Preços (queda de quatro posições). No subfator Comércio Internacional, embora tenha galgado uma posição competitiva, o país está entre os últimos colocados. Já no subfator Emprego, ganhou cinco posições competitivas e está entre os primeiros países do ranking.

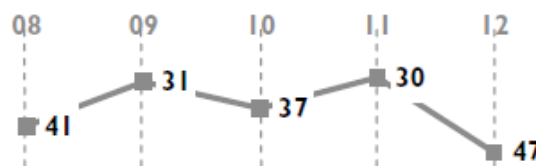


FIGURA 2: WCY Performance Econômica 2008-2012 -Brasil
Fonte: IMD, 2012.

TABELA 3
Posição do Brasil nos subfatores de Performance Econômica - WCY - 2007-2012

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Subfatores	Performance Econômica	47	41	31	37	30	47
	Economia Doméstica	48	32	14	19	10	25
	Comércio Internacional	49	50	50	57	57	56
	Investimento Internacional	32	36	20	42	19	30
	Emprego	33	40	42	16	11	6
	Preços	39	23	38	39	51	55

Fonte: IMD/ Elaborado pelos autores.

³A análise completa do WCY 2011 pode ser encontrada no site do Núcleo Bradesco de Inovação www.fdc.org.br/inovacao.

O fator decisivo para a queda no desempenho da **Economia Doméstica** está relacionado às perdas apresentadas no indicador de “crescimento real do PIB”. O produto interno bruto em si apresentou um crescimento tímido entre os anos de 2010 e 2011, variando de R\$ 3,7 trilhões para R\$ 4,1 trilhões, conforme registraram os dados do IBGE⁸. Em termos reais (descontando o efeito da inflação) esse crescimento torna-se ainda mais tímido. Apesar de todo o aquecimento da economia e da expansão da renda, o produto do país não está crescendo em um ritmo adequado. Entre os anos aqui considerados, o crescimento real do PIB caiu de 7,5%, em 2010, para 2,7% em 2012. A perda de posições desse subfator também está correlacionada às perdas observadas no subfator **Preços**, que será analisado mais adiante.

Segundo estudos do IPEA⁹, o crescimento tímido do PIB e a desaceleração da taxa do crescimento estão relacionados, dentre outros, a quatro elementos principais: *à apreciação (valorização) da taxa de câmbio (R\$/US\$)*, que permitiu ao setor industrial desacelerar a produção de insumos em prol da importação dos mesmos; *à política fiscal*, que desacelerou o ritmo de crescimento dos gastos públicos e implicou o acúmulo indesejado de estoques por parte dos empresários, que não tiveram demanda satisfatória por seus produtos; *à política monetária contracionista*, que reduziu a taxa de expansão da economia com o aumento dos juros e as restrições do crédito ao longo do ano de 2011; e *ao conturbado momento europeu de crise*, que deteriorou as expectativas e o estado de confiança dos empresários. Vale ressaltar que este ano o governo brasileiro anunciou medidas de desvalorização do Real e a diminuição considerável da taxa básica de juros. Portanto, é de se esperar que essas medidas afetem positivamente o relatório do ano que vem (que será baseado nos dados deste ano).

Outro ponto crítico para a competitividade brasileira foi a perda de onze posições no **Investimento Internacional**, tendo o país saído da 19^a para a 30^a colocação entre os 59 países pesquisados. O fator determinante dessa perda foi a redução do fluxo de investimentos do Brasil para o resto do mundo. Em 2011 houve uma reversão na direção dos investimentos diretos no exterior, tendo as empresas retornado US\$ 9,30 bilhões para o país, reduzindo o estoque acumulado de investimentos em US\$ 148,37 bilhões. Por outro lado, essa redução da presença de empresas brasileiras no exterior não afetou a atração de investimentos diretos para o país. Em 2011, o Brasil recebeu US\$ 66,66 bilhões em investimentos diretos, o que correspondeu a 2,69% do PIB. Segundo dados do Banco Mundial, utilizados no relatório, o país acumulou em 2011 um estoque total de US\$ 472,58 bilhões em investimentos diretos. Conforme aponta a CEPAL, também no ano de 2011, a América Latina como

um todo recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros. Além do Brasil (cujo volume recebido representou 43,38% do total), México, Chile e Colômbia receberam US\$ 19,440, US\$ 17,299 e US\$ 13,234 bilhões, respectivamente.

Já no **Comércio Internacional**, o Brasil apresenta um déficit de US\$ 52,6 bilhões em seu balanço de transações correntes. Esse déficit recorde no país ocorreu apesar do superávit de US\$ 58,6 bilhões no balanço de pagamentos em 2011 e de um saldo de US\$ 29,8 bilhões na balança comercial no mesmo ano (frente aos US\$ 20,1 bilhões em 2010). Uma vez que a conta de transações correntes é a soma da balança comercial e da balança de serviços e rendas - e lembrando que o saldo comercial do país foi muito favorável - tem-se que o saldo de serviços e rendas foi desfavorável e de dimensão muito grande, na casa dos US\$ 85 bilhões. Desse total, conforme aponta o BACEN, cerca de US\$ 39 bilhões correspondem ao déficit nos chamados serviços produtivos (incluindo turismo) e ao déficit de aproximadamente US\$ 47 bilhões em rendas (incluindo pagamentos de juros e remessas de lucros).

Ainda segundo o Bacen, a tendência para 2012 é de piora nesse cenário. No acumulado do ano (janeiro a abril de 2012), o déficit em conta corrente foi de US\$ 17,49 bilhões, equivalente a 2,05% do PIB. No acumulado de doze meses (até abril de 2012), o déficit em conta corrente subiu para US\$ 51,593 bilhões, equivalente a 2,04% do PIB. Parte desse resultado deve-se à remessa de lucros e dividendos realizada por empresas multinacionais instaladas no Brasil, que somou US\$ 2,420 bilhões em abril (ante US\$ 2,1 bilhões remetidos em abril de 2011). O Bacen também informou que o pagamento de juros em empréstimos contraídos em outros países somou US\$ 839 milhões em abril, comparados a US\$ 448 milhões remetidos no mesmo mês de 2011. O relatório mensal das contas externas mostra também que o déficit em viagens internacionais, de janeiro a abril de 2012, atingiu o montante de US\$ 4,712 bilhões¹⁰.

A questão dos **Preços**, por sua vez, está relacionada ao ganho inflacionário de 5,04% em 2010 para 6,6% em 2011 (nesse indicador o Brasil está na 53^a colocação). Deve-se lembrar de que a previsão (metas) da inflação em ambos os anos era de 45,%. No mesmo subfator, o indicador de custo de vida chegou a 111.80 pontos, colocando o país na 51^a colocação. Apesar de ser o alvo principal da política monetária brasileira, a inflação no país parece emergir de dois componentes principais: um de demanda e outro de oferta.

O componente de demanda está relacionado ao aquecimento da demanda interna, à expansão da renda do país e ao não crescimento adequado da produção

e da produtividade. No ano de 2011, o consumo das famílias cresceu 4,09% (em relação ao PIB) e a despesa de consumo da Administração Pública cresceu 1,93%, conforme apontado pelo IBGE. Já a produtividade total calculada na paridade do poder de compra cresceu somente 0,62%, de acordo com o relatório do IMD. A disparidade entre as taxas de crescimento sinaliza a pressão que a demanda faz sobre a produção, provocando a elevação dos índices inflacionários. De outro lado está o componente de oferta, que deve ser analisado com cuidado. Em geral, as inflações de oferta ocorrem quando a demanda está estagnada (ou estabilizada) e os custos de produção se elevam. No contexto atual do Brasil, a demanda está crescente, mas os custos de produção também. O valor da mão de obra, o custo para importação de máquinas e equipamentos, o custo dos insumos e câmbio estão desfavorecendo a formação de preços do produtor brasileiro. E esses elementos também pressionam para cima os preços finais da produção.

Por fim, o salto positivo de posições verificado no subfator **Emprego** é reflexo do momento favorável da economia como um todo. Não entrando na discussão sobre o tipo de emprego que está sendo criado no país, o fato é que existe uma elevação considerável no percentual da população empregada no país. No ano de 2011, esse valor chegou a 50,75% da população total do país - aumento de 2,15% em relação ao ano anterior. De acordo com estimativas apontadas no relatório 2012 do IMD, tal crescimento reflete um total de aproximadamente 97 milhões de pessoas empregadas no país. Nesse sentido, a taxa de crescimento do emprego saiu no

nível de 0,3% entre os anos de 2009/2010 para o nível de 2,1% entre os anos de 2010/2011. Vale lembrar que o IMD considera no indicador de emprego as pessoas que, em um curto período de tempo (uma semana ou um dia), se encontravam nas categorias de emprego formal ou autônomo.

EFICIÊNCIA DO GOVERNO

O pilar Eficiência do Governo reúne um grupo de 70 variáveis que permitem a avaliação das políticas públicas, do desempenho do governo e seus impactos sobre a competitividade. Elas estão divididas nos subfatores Finanças Públicas, Política Fiscal, Ambiente Institucional, Legislação para os Negócios e Estrutura Social. Com uma queda acentuada de onze posições competitivas, o subfator Finanças Públicas (41ª colocação) é o destaque do pilar. Entretanto, o foco da questão governamental como um todo está no posicionamento negativo da grande maioria dos seus indicadores, ou seja, o Brasil continua nas últimas posições quando se trata de uma série de variáveis que avaliam a estrutura e as políticas de governo.

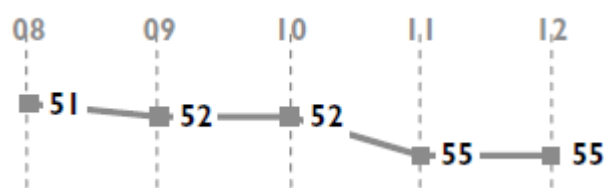


FIGURA 3: WCY Eficiência do Governo 2008-2012 - Brasil
Fonte: IMD, 2012.

TABELA 4
Posição do Brasil nos subfatores de Eficiência do Governo - WCY - 2007-2012

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Eficiência do Governo	54	51	52	52	55	55
Subfatores	Finanças Públicas	47	50	29	29	30	41
	Política Fiscal	40	36	37	37	39	37
	Estrutura Institucional	54	53	57	54	58	55
	Legislação para os Negócios	50	46	54	55	55	55
	Estrutura Social	39	29	31	35	51	53

Fonte: IMD/Elaborado pelos autores.

O indicador de crescimento da dívida total do governo geral (governo federal, INSS, governos estaduais e governos municipais) parece ter sido o maior responsável pelo desempenho negativo do subfator **Finanças Públicas**. A dívida total do governo geral aumentou em

4,6 pontos percentuais no ano de 2011, resultando em uma perda de 23 posições competitivas no indicador (em oposição ao comportamento no ano de 2010, quando apresentou decréscimo de 2,96%). Sendo um indicador muito utilizado para estabelecer comparações entre

países, a revista britânica *The Economist* divulga um relógio global de dívida total dos governos: no dia 27 de maio de 2012 o relógio acumulava o total de US\$ 39.538.162.087.470 (39,5 trilhões de dólares), tendo o Brasil nesse relógio uma dívida de US\$ 1,137 trilhão, que equivale a US\$ 5.728,71 per capita¹¹.

Contudo, deve-se observar que tanto a dívida interna como externa do governo central (em termos percentuais do PIB) apresentaram ganhos competitivos de duas e três posições, respectivamente. Dessa maneira, observa-se que a questão principal desse subfator não está no comportamento do governo central (apesar do desequilíbrio existente entre suas contas interna e externa), mas no comportamento do governo geral.

No subfator **Estrutura Institucional**, que se divide em dois blocos de análise – i) políticas do Banco Central e ii) eficiência do estado - o Brasil está nas últimas colocações

do ranking (55ª posição). Em relação aos indicadores ligados às políticas do Banco Central, observa-se uma aparente adequação das políticas macroeconômicas adotadas para o fomento empresarial às necessidades das empresas. Em outras palavras, nota-se ganho de posições em indicadores capazes de avaliar a percepção dos executivos sobre a capacidade que o custo de capital tem de encorajar o desenvolvimento dos negócios e sobre o impacto positivo das políticas do Banco Central para o desenvolvimento econômico. Já os indicadores do bloco que avalia a eficiência do estado apresentaram queda de posições competitivas. Desse modo, confirma-se a visão negativa em relação a questões como o peso da estrutura legal e regulatória, das decisões governamentais, da transparência das políticas de governo e da burocracia e corrupção em relação à competitividade das empresas.

BOX 2 - Comparativo Eficiência do Governo e Eficiência dos Negócios

No World Competitiveness Yearbook 2011, foi apresentado pelo IMD um indicador que calculava a diferença entre a eficiência do governo e a eficiência dos negócios nos 59 países pesquisados. Neste ano de 2012, nossa equipe refez o quadro comparativo. Como resultado, mais uma vez o Brasil lidera a listagem, com a maior diferença entre a eficiência nas duas esferas pesquisadas.

País	Diferença	País	Diferença	País	Diferença
Brasil	-26,682	Suécia	-4,478	Romênia	3,820
Índia	-16,636	Itália	-4,010	África do Sul	4,879
Japão	-14,208	Tailândia	-3,904	Hong Kong	5,028
Irlanda	-12,801	Canadá	-3,514	Espanha	5,260
EUA	-12,777	Taiwan	-3,479	Chile	5,359
Malásia	-11,204	China	-2,395	México	6,977
Argentina	-11,167	Dinamarca	-2,028	Suíça	7,059
Bélgica	-11,109	Noruega	-1,304	Cingapura	7,157
Áustria	-10,176	Colômbia	-1,182	Peru	9,052
Venezuela	-9,520	Reino Unido	-1,031	Eslovênia	9,069
Turquia	-8,787	Finlândia	-1,015	República Tcheca	9,518
Alemanha	-6,912	Ucrânia	-0,887	Croácia	11,167
Islândia	-6,724	Lituânia	-0,785	Estônia	11,811
Filipinas	-6,354	Coréia	-0,354	Kazaquistão	12,241
Grécia	-6,147	Hungria	0,660	Rússia	14,070
Luxemburgo	-5,904	França	0,733	Nova Zelândia	14,107
Qatar	-5,780	Eslováquia	1,121	Jordânia	20,723
Israel	-5,308	Polônia	1,786	Emirados Árabes	22,943
Holanda	-4,868	Indonésia	2,265	Bulgária	25,088
Austrália	-4,496	Portugal	3,634		

Fonte: IMD, 2012/Elaborado pelos autores.

Explicando melhor o quadro:

- Quanto mais próximo de zero estiver o escore = maior igualdade de eficiência entre as duas esferas.
- Quanto mais afastado de zero, no sentido negativo, estiver o escore = maior a eficiência dos negócios em comparação à eficiência do governo.
- Quanto mais afastado de zero, no sentido positivo, estiver o escore = maior a eficiência do governo em relação à eficiência dos negócios.

EFICIÊNCIA DOS NEGÓCIOS

No subfator Eficiência dos Negócios o relatório permite avaliar o ambiente empresarial como indutor de empresas capazes de aproveitar as características econômicas do país para competir no ambiente doméstico e internacional. Os 67 indicadores desse grupo estão divididos em Produtividade e Eficiência, Mercado de Trabalho, Finanças, Práticas Gerenciais e Atitudes e Valores. Mais uma vez o Brasil ocupa apenas a 52ª colocação em se tratando da produtividade empresarial e perdeu posições importantes no subfator Mercado de Trabalho. Já os subfatores compostos essencialmente

de variáveis de percepção dos executivos, Práticas Gerenciais e Atitudes e Valores, ganharam posições e sinalizam um ambiente empresarial positivo e confiante em seu desempenho.

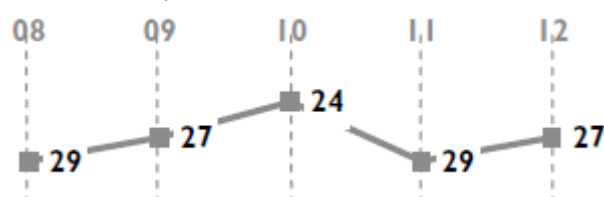


FIGURA 4: WCY Eficiência dos Negócios 2008-2012 – Brasil
Fonte: IMD, 2012.

TABELA 5
Posição do Brasil nos subfatores de Eficiência dos Negócios – WCY – 2007-2012

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Eficiência dos Negócios	40	29	27	24	29	27
Subfatores	Produtividade e Eficiência	53	27	34	28	52	52
	Mercado de Trabalho	44	47	47	33	9	17
	Finanças	41	32	31	24	27	28
	Práticas Gerenciais	31	23	12	22	28	20
	Atitudes e Valores	29	18	18	16	19	15

Fonte: IMD/ Elaborado pelos autores.

A produtividade da economia brasileira ficou estagnada no relatório de 2012. Sendo assim, o Brasil permaneceu na 52ª colocação no subfator **Produtividade e Eficiência**, posição que ocupa desde o ano passado, quando caiu 24 posições. Quando analisado o comportamento do indicador de crescimento real da produtividade total, verifica-se um ligeiro aumento entre os dois últimos anos. Em 2010, essa variável fechou em -0,96% (em relação ao PIB), e no ano de 2011 a taxa de crescimento foi de 0,62%. Ainda assim, esse valor é muito aquém do ideal, quando comparado à taxa de crescimento médio da produtividade das demais economias mundiais, que foi de 2,06%. A produtividade do trabalho em paridade do poder de compra (indicador que elimina a diferença entre o custo de vida dos países) indica que o trabalhador brasileiro produz em média o

equivalente a US\$ 12,56 por hora trabalhada, enquanto a média mundial é de US\$ 31,84 por hora trabalhada.

A variável produtividade é um dos conceitos determinantes para se medir a competitividade das nações. Quanto mais riqueza é obtida com a mesma quantidade de capital ou com o mesmo número de trabalhadores, maior é a produtividade da economia e mais competitivo será o país. Dessa maneira, os resultados demonstram que o crescimento da produtividade no Brasil é insuficiente para alcançar as posições competitivas dos países mais desenvolvidos. Para Silvia Matos, economista do IBRE, a queda da produtividade está contribuindo para a forte desaceleração dos investimentos nacionais. De uma forma geral, ela afirma que, com a queda da produtividade, o retorno dos negócios piora e, assim, investe-se menos¹².

Além disso, pode-se identificar a carência de mão de obra qualificada como outro fator que afeta o desempenho da produtividade nacional. Uma pesquisa divulgada em 2011 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que 69% de um universo de 1.616 empresas consultadas enfrentam dificuldades com a falta de trabalhadores qualificados. Renato Fonseca, gerente executivo da Unidade de Pesquisa da CNI, afirma que esse é um problema que vem atingindo a indústria como um todo e dificulta não somente os ganhos de produtividade como também o aumento na qualidade do produto¹³.

No subfator **Mercado de Trabalho**, apesar da perda de oito posições, o Brasil se mantém entre os vinte países que têm seus mercados de trabalho mais competitivos (17^a colocação). Entre os anos de 2010 e 2011, conforme apresenta o relatório, a força de trabalho disponível cresceu timidamente, 3,05%, chegando a um patamar de 102,5 milhões de pessoas. Por força de trabalho entenda-se as pessoas empregadas e aquelas pessoas desempregadas à procura de trabalho, no período de referência. A perda de posições parece também relacionada à queda na variável que avalia a disponibilidade de trabalhadores capacitados (57^a colocação) e à baixa disponibilidade de gestores seniores competentes (54^a colocação).

Entretanto, cabe notar que o Brasil recuperou algumas posições interessantes. No relatório, a retenção e atração de talentos foi apontada como uma prioridade para as empresas (ganho de 19 posições, ocupando a 7^a colocação), e a experiência internacional dos gestores associada à disponibilidade de profissionais estrangeiros altamente qualificados aparecem como pontos favoráveis ao mercado de trabalho brasileiro.

Por fim, os subfatores **Práticas Gerenciais e Atitudes e Valores**, compostos essencialmente por variáveis de opinião, mostram a confiança do corpo empresarial do Brasil no potencial de suas atividades. Destacam-se indicadores como a abertura da cultura nacional para ideias estrangeiras (1^a colocação), a flexibilidade e adaptabilidade das empresas a mudanças no cenário econômico-competitivo interno e externo (2^a colocação), adequação das práticas de auditoria e contabilidade adotadas pelas empresas (ganho de 12 posições, 25^a colocação) e a presença de práticas de empreendedorismo nas empresas (ganho de 10 posições, 18^a colocação).

BOX 2 – Brazil’s economy - A bull diminished

(...) Investors were initially sceptical about Brazil’s inclusion in the BRICs, the acronym devised in 2001 by Jim O’Neill of Goldman Sachs to group Brazil, Russia, India and China. But macroeconomic stability, falling income inequality and the global commodity boom ensured Brazil’s steady, politically harmonious growth. Strong banks and domestic demand made for a speedy rebound from the 2008 credit crunch. In 2010 Brazil’s economy grew by 7.5% to become the world’s seventh-largest. Brazilians, made vigilant by a history of hyperinflation and debt default, finally relaxed and accepted the applause.

It did not last long. During 2011 Brazil grew just 2.7%. That sat ill with membership of the high-growth BRICs: Russia, India and China managed between 4.3% and 9%. Foreign investors and those who advise them are reporting a new, less starry-eyed approach. “The days of Brazil being given a free pass are over,” says Ivan de Souza of Booz & Company, a consultancy. Some go further: in an article in *Foreign Affairs* magazine called “Bearish on Brazil”, Ruchir Sharma of Morgan Stanley argues that the country rose with commodity prices and will fall again when they do.

A reassessment of Brazil’s recent performance is overdue. Between 2000 and 2010 Brazil’s terms of trade improved by around 25%; in the past five years private-sector credit doubled. Such tailwinds cannot continue to blow—and even with them Brazil has grown on average by only 4.2% a year since 2006. Only productivity gains, and more savings and investment, can provide fresh puff. Those are nowhere to be seen: IPEA, a government-funded think-tank, puts annual productivity growth for the past decade at a paltry 0.9%, much of it from gains in agriculture. Investment is only around 19% of GDP. Add soaring labour costs and a still-strong currency, and many analysts are lowering their sights for potential annual growth to about 3.5%.

Lower interest rates could give a fresh boost to credit. But not a big one: consumers are already overstretched. Serasa Experian, a credit analyst, says that demand for loans between January and April was nearly 8% lower than during the same period in 2011. Defaults are rising and banks are tightening their terms. Loans that are more than 90 days overdue are now 8% of the total. Itaú and Bradesco, two big banks, saw their share prices fall recently when they upped their provisions against bad loans. Banco Votorantim, which has lent heavily against cars in recent years, has posted three quarterly losses and is rumoured to be a take-over target.

Irritations that were overlooked with growth at 4.5% are likely to resurface when it is nearer to 3%. Taxes are hideously complicated, and take around 36% of GDP, a far higher number than in other middle-income countries. Guido Mantega, the finance minister, points out that the government has cut some taxes, and that tax collection is rising because more businesses are formalising their activities. But Raphael de Cunto of Pinheiro Neto, a São Paulo law firm, argues that the government's ability to collect taxes has run far ahead of any effort to streamline them, increasing the burden on businesses. (...)

Fonte: THE ECONOMIST, 19 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21555588>

INFRAESTRUTURA

O pilar Infraestrutura avalia as condições humanas (saúde, meio ambiente e educação), tecnológicas, científicas e de infraestrutura básica disponíveis para as empresas. O ganho de seis posições no pilar reverte um ciclo de três anos de declínio. Apesar de o Brasil ainda estar entre as economias menos competitivas, o avanço geral em praticamente todos os subfatores sugere que o país está na direção correta.

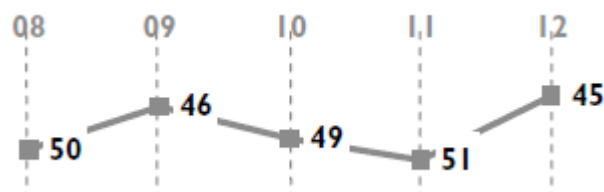


FIGURA 5: WCY Infraestrutura 2008-2012 – Brasil
Fonte: IMD, 2012.

TABELA 6
Posição do Brasil nos subfatores de Infraestrutura - WCY - 2007-2012

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Infraestrutura	49	50	46	49	51	45
Subfatores	Básica	45	51	46	48	55	50
	Tecnológica	51	50	55	53	56	54
	Científica	44	49	41	36	34	33
	Saúde e Meio ambiente	45	42	37	40	35	35
	Educação	48	48	51	53	56	54

Fonte: IMD/ Elaborado pelos autores.

O subfator que mais influenciou no desempenho do pilar foi **Infraestrutura Básica**, que alcançou a 50ª colocação. Os maiores ganhos de posição estão nas variáveis que avaliam o fornecimento de energias renováveis (salto da 53ª para a 32ª colocação) e infraestrutura energética (da 52ª para a 41ª colocação). Em relação a esses ganhos é possível identificar uma melhoria na percepção do empresariado sobre a questão energética do país.

Conforme afirmou Maria van der Hoeven, diretora executiva da Agência Internacional de Energia, o Brasil tem avançado significativamente no conhecimento e no desenvolvimento em diferentes campos de tecnologia no setor. Os combustíveis fósseis ainda predominam no consumo de energia, porém a tendência é de declínio. Entrando em cena, os investimentos destinados a energias renováveis estão cada vez mais crescentes,

principalmente para as energias solar e eólica¹⁴. Apesar de ter insumos básicos que atuam como facilitadores da capacidade produtiva (melhoras competitivas nas variáveis preços da gasolina e custos da energia elétrica), as estruturas de logística e distribuição precárias do país - refletidas em indicadores como qualidade dos transportes e infraestrutura de distribuição - ainda são entraves para a movimentação da capacidade de produção da economia¹⁵.

No subfator **Infraestrutura Tecnológica** verifica-se o ganho competitivo de algumas variáveis importantes para o crescimento futuro de nossa economia, por exemplo, assinaturas de telefones móveis, número de computadores em uso, tarifas de internet banda larga e velocidade da internet. Nesse aspecto, pode-se visualizar uma melhoria como um todo na disponibilidade das tecnologias relacionadas à comunicação e informação digital. Na mesma área, também ocorreram ganhos em variáveis mais direcionadas ao desenvolvimento tecnológico e à relativa capacidade do país de geração de novas tecnologias, tais como cooperação entre empresas na busca de desenvolvimento tecnológico, investimentos *venture* do setor público e privado, e exportações de alto valor agregado.

Como pode ser visto, os ganhos competitivos existem, mas também sinalizam para um problema enfrentado pelo Brasil no quesito e do qual tanto o setor público quanto o privado estão cientes: o atraso do país na eficiência e técnica para a criação e desenvolvimento dessas novas tecnologias, principalmente quando se observa que 15 das 22 variáveis relacionadas à infraestrutura tecnológica estão ranqueadas acima da 40ª colocação. Conforme afirma Carlos Calmanovici, diretor de Inovação e Tecnologia da ETH Bioenergia, a questão principal é a velocidade, ou seja, o país tem de continuar agindo nesse sentido, mas a velocidade ainda não é ideal, pois os demais países estão agindo mais rapidamente¹⁶.

O comportamento dos indicadores de **Infraestrutura Científica** sugere uma melhoria nos rumos de investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. O gasto per capita total do país em P&D aumentou de US\$ 102,40, em 2009, para US\$ 130,50, em 2010, e se reflete no número de patentes em andamento (que saiu da 49ª para a 42ª colocação). Porém, a mão de obra envolvida nas áreas de P&D ainda é pequena e perdeu posições absolutas de 2009 para 2010. A cada grupo de mil pessoas, 1,39 trabalhava em tempo integral em P&D no ano de 2010; um ano antes esse número era de 2,10 pessoas. E isso é um entrave à criação e desenvolvimento dessas patentes.

Ainda nesse sentido, verifica-se o *gap* entre o número de artigos desenvolvidos com o número de patentes

geradas. A fim de comparação, os dados mais recentes do primeiro indicador, para o ano de 2009, mostram que o número de artigos científicos publicados no Brasil (12.306,30) se aproxima da média global (13.273,87). Os dados do relatório mostram também que é pequeno o número de profissionais com a qualificação necessária para transformar a simples pesquisa em um processo de desenvolvimento (os dados mais recentes apresentados, para o ano de 2007, mostram que o percentual de graduados em cursos de ciência e tecnologia no Brasil está em 15,2%, enquanto no resto do mundo esse percentual chega a 34,46%).

Já o desempenho das variáveis do subfator **Educação**, que apesar do ganho competitivo de duas posições ainda está nas últimas posições do ranking, representa o desequilíbrio existente entre a qualidade e a quantidade da educação oferecida no país. A péssima colocação do Brasil nos índices de educação, estudos de línguas, dentre outros, demonstra que a educação brasileira ainda está aquém do desejado para levar o país para outro patamar de desenvolvimento. Alguns indicadores que exemplificam tal análise são Avaliação do Sistema Educacional (55ª colocação), Ensino de Ciências nas Escolas (56ª colocação), Educação para os Negócios (48ª colocação) e Habilidade Linguística dos Profissionais (55ª colocação).

AMÉRICA LATINA

Das sete economias latino-americanas contempladas no relatório, cinco perderam posições competitivas em 2012. Apenas México, que ganhou posições competitivas em todos os pilares, conseguiu subir no ranking. A Venezuela permanece na última posição geral.

TABELA 7

Desempenho da América Latina no ranking geral do WCY - 2011-2012

País	Posição 2012	Posição 2011	Movimento
Chile	28	25	-3
México	37	38	1
Peru	44	43	-1
Brasil	46	44	-2
Colômbia	52	46	-6
Argentina	55	54	-1
Venezuela	59	59	0

Fonte: IMD/Elaborado pelos autores.

O **Chile**, que sempre foi o país latino-americano mais competitivo, apresentou este ano uma perda de três posições no ranking geral e de 5.542 pontos no índice de competitividade. O que o afetou de forma mais significativa foram as variáveis associadas a preços, comércio internacional e estrutura social. Com inflação de 3,3% em 2011 (1,4% em 2010), o Chile passa a ocupar a 26ª posição no subfator Preços. O Custo de Vida, variável do mesmo subfator, também aumentou, saltando de 77,8 pontos, em 2010, para 88,6 pontos em 2011. A perda de nove posições no subfator Comércio Internacional foi resultado do déficit no balanço de transações correntes que em 2010 estava com superávit de 1,50% do PIB chileno, tendo passado para um déficit de 1,3% em 2011. Já a estrutura social (perda de 18 posições) inclui variáveis que analisam a desigualdade de renda e de oportunidades no país. A perda de posições do Chile está diretamente relacionada aos movimentos sociais observados em 2011 e 2012, com número crescente de estudantes e trabalhadores clamando por maiores oportunidades e igualdade na distribuição de renda¹⁷.

Para o caso do **México**, a melhora de sua competitividade nos últimos anos tem se mostrado uma constante. Nos últimos cinco anos, o país saltou da 50ª colocação no ranking geral para a 37ª. O único contratempo verificado no período foi entre os anos de 2009 e 2010, quando o país perdeu uma posição competitiva. Comportamento semelhante (ganhos constantes) tem sido verificado nos pilares Performance Econômica, Eficiência dos Negócios e Infraestrutura. Interessante notar que a lista dos 15 principais critérios representativos das melhorias observadas no país no último ano é composta apenas por variáveis provenientes da pesquisa de opinião. O empresariado mexicano tem se mostrado cada vez mais confiante nas estruturas de governo como alavanca para o crescimento da nação. Não obstante, desde 2010 o pilar que avalia a Eficiência Governamental vem ganhando posições (em 2010 estava na 46ª colocação, e em 2012 chegou ao 35º lugar).

A competitividade do **Peru** acumulou a quinta queda consecutiva no relatório de 2012. O país, que em 2008 estava na 35ª colocação geral, hoje se encontra na 44ª posição. Os determinantes da perda são o comportamento da inflação, a desaceleração da taxa de crescimento da economia e dos níveis de emprego e o precário nível das exportações relacionadas ao setor de serviços. A performance econômica do país retrocedeu seis posições das oito que haviam sido acumuladas no relatório do ano passado. Em se tratando de Infraestrutura, o Peru está no último lugar do ranking em função dos baixos volumes de investimentos realizados em infraestrutura tecnológica e científica e da precária infraestrutura básica e educacional. Por outro lado, a eficiência do governo ganhou nove posições e

foi impulsionada por melhorias na legislação para os negócios, no marco institucional e social.

Apesar de avanços em sua Performance Econômica, representados por resultados como o crescimento de 5,9% no PIB em 2011, a **Colômbia** ainda necessita de aprimoramentos do ponto de vista institucional para se tornar mais competitiva. Os dados do relatório mostram que o país apresenta falhas nas políticas de governo voltadas para a competitividade, em especial nos indicadores de estrutura institucional, legislação voltada para os negócios e estrutura social. Outro fator de interesse é a política fiscal do país, que, apesar da queda de uma posição, mantém um posicionamento competitivo razoável (27ª colocação). Conforme afirmou o ministro da fazenda do país, Juan Carlos Echeverry, o controle fiscal é uma ferramenta que merece atenção, por ser essencial para alcançar o crescimento econômico¹⁸.

O desempenho da **Argentina** é reflexo do posicionamento negativo de todos os seus subfatores, em especial da Performance Econômica, que caiu onze posições em 2012 (saiu da 39ª para a 50ª colocação). Essa perda se explica, entre outros, pela elevada inflação de preços ao consumidor - 9,8% -, que coloca o país no 58º lugar, e pelo reduzido número de pessoas atualmente empregadas no país (37% da população, 54ª colocação). Sobre a Eficiência do Governo, na qual o país aparece na 57ª posição, as principais debilidades estão associadas às políticas do Banco Central, aos subsídios e à proteção dos direitos de propriedade. Já o ganho de 1 posição observado na eficiência empresarial (50º lugar) é resultado de atuações positivas quanto ao número de horas trabalhadas, remuneração média no setor de serviços e à percepção sobre a capacidade de adaptação das empresas. O pilar com melhor desempenho é infraestrutura (46ª colocação), no qual se destacam indicadores relacionados ao acesso a meios de comunicação, como telefonia móvel e fixa, e aos gastos com saúde.

A **Venezuela** é, mais uma vez, a última colocada no ranking geral. A competitividade do país continua a apresentar problemas nos quatro pilares competitivos, que o impedem de tirar proveito dos investimentos relacionados à exportação de petróleo e, conseqüentemente, ganhar competitividade.

ECONOMIAS EMERGENTES: BRICS

Assim como os países latino-americanos, todos os denominados BRICS (incluindo aqui a África do Sul) apresentaram perdas significativas em seus índices de competitividade. Apesar disso, a Rússia e a África do Sul tiveram ganhos de 1 e 2 posições, respectivamente.

TABELA 8

Desempenho dos BRICS no ranking geral do WCY – 2011-2012

País	Posição 2012	Posição 2011	Variação do Índice
Brasil	46	44	-4,519
Rússia	48	49	-3,217
Índia	35	32	-7,053
China	23	19	-5,331
África do Sul	50	52	-3,696

Fonte: IMD, 2012/Elaborado pelos autores.

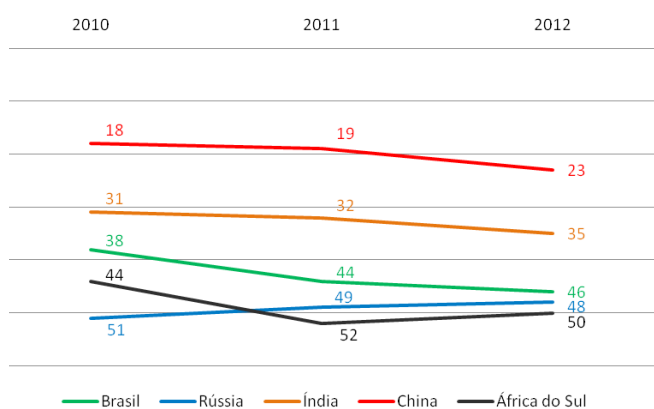


GRÁFICO 2: Posição dos BRICS no ranking geral do WCY 2010-2012

Fonte: IMD/Elaborado pelos autores.

A **Índia** está em seu quinto ano consecutivo de perda de posições competitivas no relatório (em 2008 estava na 29ª colocação; em 2012, na 35ª). Estando entre os países com maior perda no índice de competitividade este ano, o país demonstra dificuldades para permanecer no grupo dos BRICS. Apesar do tamanho e potencial de sua economia, as perdas consecutivas nos indicadores associados a todos os fatores, em especial nas variáveis relacionadas à Performance Econômica e Eficiência do Governo, sugerem dificuldade das autoridades de manterem a inflação dentro de níveis saudáveis para manutenção do crescimento e estabilidade econômica. A perda de 14 posições no subfator Emprego e 13 posições no subfator Estrutura Institucional sinalizam dificuldades de manter uma política de incentivo à atividade produtiva e geração de emprego.

A **China**, por sua vez, reverte um quadro de ganho de posições competitivas. O fator mais importante para o declínio competitivo da China foi a combinação inflação, perda de produtividade, redução da demanda internacional por produtos chineses. O desafio do país para se manter competitivo está no crescimento

do mercado doméstico como plataforma para o desenvolvimento econômico e compensação para o declínio dos mercados norte-americanos e europeus, sem criar uma bolha de aumento de preços e redução dos níveis de poupança. Os parceiros chineses responsáveis pela coleta de dados nesse país indicam ainda que o governo central chinês precisa com urgência promover o crescimento das pequenas e médias empresas, favorecendo investimentos em tecnologia e produtividade, assim como o seu desenvolvimento empresarial.

A **Rússia** é o único país do grupo que mostra crescimento competitivo ano a ano. O fator de destaque ainda é infraestrutura, mantendo-se na 38ª colocação desde 2009. Em relação aos indicadores do pilar, o país apresentou ganhos em infraestrutura básica, científica e tecnologia, em que a percepção sobre o grau de atração de pesquisadores e cientistas para o país mostrou-se proeminente (saltou de um índice de 2.83 para um índice de 3.78). Entretanto, o país perdeu em desempenho econômico, com a inflação de preços ao consumidor saltando de 6,9% para 8,4%, e o comércio internacional caindo seis posições entre 2010 e 2011. Dentre os desafios que a economia russa terá que enfrentar nos próximos anos estão a otimização dos gastos e a redução da dívida pública bem como a diversificação de sua economia.

A **África do Sul** conseguiu recuperar duas posições neste ano, impulsionada pelos ganhos em Eficiência dos Negócios, Infraestrutura e, principalmente, Eficiência do Governo. Dentre os indicadores que se destacaram nesse subfator estão fatores sociais e fatores econômicos, a exemplo de custo do capital (40ª colocação), adaptabilidade das políticas do Banco Central (13ª posição) e volume de reservas estrangeiras (32ª posição, com um valor em torno de US\$ 48 bilhões). Conforme apontado pela análise dos resultados no ano passado, um dos grandes desafios à competitividade sul-africana é o desempenho de sua Infraestrutura, que, neste ano, apoiada por um programa específico de governo, foi capaz de subir duas posições (com especial destaque para o ganho apresentado em sua infraestrutura básica).

Desde o início da crise europeia vem sendo colocado em xeque o comportamento dos países dos BRICS, que se saíram muito bem da crise econômica de 2008. Conforme aponta reportagem da *The Economist*, as maiores economias emergentes têm sido afetadas pela crise europeia em dois aspectos. Em primeiro lugar, a desaceleração da zona do euro diminuiu a demanda por exportações provenientes dos mercados emergentes. Em segundo lugar, os problemas nos sistemas bancários europeus diminuíram a oferta de crédito/empréstimos

e aceleraram a repatriação de capital. A questão que ainda não está clara é se as economias emergentes conseguirão mais uma vez sair ilesas (ou pouco afetadas) de uma nova recessão mundial¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A queda de duas posições competitivas da economia brasileira em 2012 é consequência dos resultados observados no relatório do ano passado. Desde então, o Brasil apresenta sinais de queda na capacidade de crescimento da demanda doméstica e perda de produtividade. O baixo crescimento da economia (2,7%) surpreendeu o diretor do World Competitiveness Center, professor Stéphane Garelli. Ele afirmou que o Brasil tem fortes fundamentos para apresentar um comportamento competitivo melhor, tais como o mercado de trabalho no qual cerca de 53% da população se encontra em idade ativa.

Entretanto, em seu momento atual, o Brasil gera empregos, mas não riqueza. O crescimento da renda e o aumento do consumo não têm se revertido em um ciclo positivo para a economia, uma vez que uma parte significativa das necessidades da demanda é suprida por produtos importados. Nesse sentido, as medidas protecionistas adotadas pelo governo estão minando ainda mais a competitividade das empresas. A produtividade, que já está baixa, piora ainda mais porque as empresas estão protegidas e não precisam competir com as estrangeiras. Garante-se demanda interna para as empresas nacionais, mas se criam impedimentos à competição no mercado internacional. No Brasil crescem as exportações de *commodities* e não as que têm maior valor agregado.

A produtividade deveria ser a grande prioridade do governo brasileiro, e por ela passa uma série de outros aspectos negativos que necessitam atenção. Segundo o professor de finanças do IMD Nuno Fernandes, é preciso investir na infraestrutura ligada à tecnologia e à produção científica, além de desenvolver uma nova cultura de risco no empresariado brasileiro. Outros pontos críticos são a alta carga tributária, a escassez de mão de obra qualificada e a falta de um planejamento de longo prazo.

Sobre a gestão empresarial, os profissionais precisam desenvolver um comportamento empreendedor menos avesso ao risco, característica raramente encontrada no país. Uma pesquisa recente feita pela FDC com cerca de 220 gestores mostrou que aproximadamente 80% deles estão investindo em inovação para atender o seu

cliente, o que é uma medida de curto prazo. Apenas 9% estavam aplicando recursos no desenvolvimento de novos produtos.

A redução da carga tributária assim como a reforma do mercado de trabalho (atualmente representada pela desoneração da folha de pagamentos) são imprescindíveis ao crescimento das pequenas e médias empresas que têm nesses fatores entraves pesados ao seu crescimento. Entretanto, deve-se ter em mente que tal reestruturação não deve se voltar exclusivamente para o curto prazo. Apesar de necessário, o estímulo deve influenciar a capacidade do país em aumentar sua participação no comércio internacional, e não apenas o atendimento das demandas da nova classe média.

As perspectivas para o Brasil não serão positivas, a não ser que se promova uma “ação de país”. É necessário o desenvolvimento de um projeto que associe os setores público e privado para investir no aumento da produtividade e no reposicionamento da competitividade brasileira. O Brasil continua em evidência aos olhos do mundo, mas ao mesmo tempo está perdendo grandes oportunidades de negócios devido à dificuldade de se operar aqui. Sem o desenvolvimento de uma nova agenda de trabalhos conjuntos, as más notícias serão recorrentes e o país não conseguirá avançar para deixar de ser um país em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

IMD. World competitiveness Yearbook 2012. (Endnotes)

¹Tax-News. Hong Kong again top in World Competitiveness Rankings. Disponível em: http://www.tax-news.com/news/Hong_Kong_Again_Top_In_World_Competitiveness_Rankings___55715.html#. Acesso em: 1º de junho de 2012.

²IMD Press Release Swiss Results.

³Yahoo! News. Singapore slips in competitiveness rankings. Disponível em: <http://sg.news.yahoo.com/singapore-slips-competitiveness-rankings-034550255--sector.html>. Acesso em: 1º de junho de 2012.

⁴The China Post. Taiwan falls one notch to 7th in world competitiveness rankings. Disponível em: <http://www.chinapost.com.tw/taiwan/business/2012/05/31/342846/Taiwan-falls.htm>. Acesso em: 1º de junho de 2012.

⁵Taiwan Today. Taiwan ranks 7th in IMD global survey. Disponível em: <http://www.taiwantoday.tw/>

ct.asp?xitem=191515&CtNode=415. Acesso em: 01 de junho de 2012.

⁶DW. Germany one of the most competitive nations. Disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,15989340,00.html>. Acesso em: 1º de junho de 2012.

⁷Business Intelligence Middle East. UAE records greatest rise in global competitiveness ranking. Disponível em: <http://www.bi-me.com/main.php?id=58021&t=1&c=34&cg=4&mset=1011>. Acesso em: 1º de junho de 2012.

⁸IBGE. Em 2011, PIB cresce 2,7% e totaliza R\$ 4,143 trilhões. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093&id_pagina=1&titulo=Em-2011,-PIB-cresce-2,7%-e-totaliza-R\\$-4,143-trilhoes](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093&id_pagina=1&titulo=Em-2011,-PIB-cresce-2,7%-e-totaliza-R$-4,143-trilhoes). Acesso em: 13 de junho de 2012.

⁹IPEA. Ipea avalia que crescimento do PIB em 2012 será maior. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12896&Itemid=3. Acesso em: 13 de junho de 2012.

¹⁰Banco Central do Brasil. Setor Externo: nota para a imprensa (março de 2012). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT>. Acesso em: 13 de junho de 2012.

¹¹The Economist. Global Debt Clock. Disponível em: http://www.economist.com/content/global_debt_clock. Acesso em 27 de maio de 2012.

¹²O Estado de S. Paulo. Investimentos sofrem consequências da baixa produtividade brasileira. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+brasil,investimentos-sofrem-consequencias-da-baixa-produtividade-brasileira,115607,0.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

¹³Folha de S. Paulo. Falta de mão de obra qualificada prejudica 69% das empresas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/898922-falta-de-mao-de-obra-qualificada-prejudica-69-das-empresas.shtml>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

¹⁴Agência Brasil. Demanda de energia no Brasil crescerá 78% entre 2009 e 2035, diz diretora da AIE. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-02/demanda-de-energia-no-brasil-crescera-78-entre-2009-e-2035-diz-diretora-da-aie>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

¹⁵O Estado de S. Paulo. O Brasil precisa melhorar a infraestrutura. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-brasil-precisa-melhorar-a-infraestrutura,681955,0.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

¹⁶Inovação Tecnológica. Brasil avançou na inovação

tecnológica em 2011. Disponível em: <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=brasil-avancou-inovacao-tecnologica>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

¹⁷The Economist. Progress and its discontents. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21552566>. Acesso em 14 de junho de 2012.

¹⁸La República. Eficiencia del Gobierno, outro lunar em la competitividad. Disponível em: <http://www.larepublica.com.co/node/11771>. Acesso em 1º de junho de 2012.

¹⁹The Economist. Southern Discomfort. Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2011/12/emerging-markets>. Acesso em 1º de junho de 2012.